METODOLOGIA EM ARTES: A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA AULA DE ARTE

ADRIANA HOSS SILVA

RESUMO:

O presente trabalho apresenta parte de uma pesquisa em andamento na área de inclusão de alunos surdos, no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Arte em contextos públicos de ensino, considerando os percursos teórico práticos desta abordagem. A arte oferece a possibilidade do aluno construir um significado para uma obra, sempre se baseando em experiências e por meio das emoções vivenciadas. Que medidas podem ser adotadas pelo professor para acessibilizar a produção e fruição de arte pelo público surdo? Buscando construir um caminho norteado por estas perguntas, propomos, neste trabalho de pesquisa, analisar os processos de ensino e aprendizagem experimentados por alunos surdos do ensino fundamental

Palavras-chave: Arte. Libras. Intérprete. Surdo.

1 INTRODUÇÃO

A arte oferece a possibilidade do aluno construir um significado para uma

obra, sempre se baseando em experiências e por meio das emoções vivenciadas.

No caso da disciplina Arte, inserida no currículo escolar do ensino

fundamental, apenas a forte presença da visualidade, dada a facilidade com que esta área de estudo pode explorar o sentido da visão, dá conta de tornar acessível a aprendizagem? A interpretação da imagem pelo surdo nas aulas de arte é viabilizada e enriquecida simplesmente pelo exercício visual que ele pratica naturalmente?

Ao refletir sobre Arte pensa-se em algo que, na verdade, não consegue-se

definir bem. Há indicações imprecisas, exemplos duvidosos e um gostar pessoal, uma espécie de identificação, que influencia os conceitos e os juízos de valor que é expressado acerca das "coisas artísticas" e do repertório cultural construído pelo homem desde os primórdios de sua existência. Imagine um deficiente visual privado totalmente da capacidade de visão.

Que medidas podem ser adotadas pelo professor para acessibilizar a produção e fruição de arte pelo público surdo? Buscando construir um caminho norteado por estas perguntas, propomos, neste trabalho de pesquisa, analisar os processos de ensino e aprendizagem experimentados por alunos surdos do ensino fundamental, nas aulas de arte ministradas por uma professora ouvinte, buscando conhecer aspectos inerentes desse encontro e considerando os atores dentro de seus contextos culturais e sociais, especialmente o contexto histórico educacional do surdo.

2. INTÉRPRETE DE LIBRAS: UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é uma modalidade de comunicação

viso gesto-espacial, ou seja, expressa através das mãos, das expressões faciais e do corpo. Ela possui níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, podendo ocorrer variáveis dialéticas em todo país. A legislação representou um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete de língua de sinais, bem como, sua inserção oficial no mercado de trabalho.

Este profissional é impelido a abraçar o desafio de colocar-se entre

universos comunicacionais de modalidades essencialmente diferentes, o seu natural, oralizado e ouvintista, para transpor informações, interpretando conteúdo e contexto de aprendizagem para a visualidade do gesto na língua de sinais.

2.1. O Profissional Intérprete

Reconheceram a Língua Brasileira de Sinais, como uma forma de

comunicação com o aluno surdo, e aprenderam que a LIBRAS deve ser respeitada e utilizada como um meio de se comunicar principalmente no ensino de arte, com essa relação entre professor ouvinte e alunos surdos influencia bons resultados.

Mesmo hoje, quando os cursos são oferecidos pelos órgãos públicos

estaduais e municipais ficam limitados, como previsto, ao ensino de LIBRAS e não comportam discussões sobre o planejamento pedagógico adequado às especificidades dos alunos surdos.

Quanto mais essa comunidade for respeitada, através de seu envolvimento em atividades políticas e culturais, bem como melhoria de seus níveis de escolaridade, maior será o nível de exigência quanto à formação e qualificação do profissional intérprete.

3. HISTORIA DA ARTE

Há cerca de 40.000 a.C, iniciou a história da arte, nas paredes das

cavernas, os homens da pré - história, desenhavam cenas do cotidiano como caça, rituais, flechas e etc. Este era o único meio de comunicação, cujo o nome é chamado de arte rupestre, também conhecida como gravura, é compreendida como o amplo conjunto de desenhos, pinturas e anotações realizadas pelo homem pré-histórico. Apenas duas cores eram utilizadas, a cor preta e a cor vermelha. A cor preta era obtida do carvão de madeira ou de osso. A cor vermelha era produzida a partir de ocre, uma argila vermelha ou castanho-amarelada.

Assim a arte rupestre poderia ser um conjunto de expressões estético-

simbólicas, inseridas em determinadas culturas, onde compreendemos que:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (LÉVI-STRAUSS,1950, p.XIX).

Segundo Lévi-Strauss, a várias possibilidades de compreender as imagens simbólicas das cavernas. Uma dessas possibilidades e o homem entre essa sociedade em que está inserido, fruto do momento sócio cultural em que vivia.

Portanto o homem passou a viver em grupos maiores, assim passaram a

construir suas próprias casas, para se proteger do frio, criaram seus próprios trajes. Através das novas descobertas o homem passa a dominar a natureza, buscando novos suportes para se comunicarem, passou a se expressar através de gravar o cotidiano em ossos, pedras, madeiras e etc.

A partir do caule da planta, o homem no Egito Antigo, passou a produzir o

papiro, utilizado pelos escribas egípcios para fazer anotações sobre o império.

Dando origem ao pergaminho, feito da pele do animal, proporcionou a

facilidade da dobra e da costura levando ao códex. Assim foi criado o livro, que na época era artigo de luxo, disponível apenas para os nobres.

Chegando se a criação do papel, onde os monges se dedicaram às tarefas

do ensino e a escrita, para a leitura sagrada:

A arte egípcia tem um objetivo imediato, pragmático e realista, ela sempre esteve a serviço de uma teocracia, e esta era também extremamente materialista. Tratava-se de um sistema de crenças particularmente voltado para a vida após a morte, mas o defunto devia gozar de todos os seus prazeres mundanos. (D'Aquino 1980, p. 6)

De acordo com Aquino, os desenhos nas paredes das capelas, explicam a

importância social do indivíduo, eram levemente escavados, para que não sofressem mutilações.

Temas religiosos e mitológicos, eram representados pelos artistas gregos,

em homenagem aos deuses gregos. As obras de arte se destaca, até os dias atuais, pelas belezas e perfeições de suas esculturas, pinturas e obras de arquitetura.

Os Romanos dominaram a Grécia e passaram a imitar o estilo artístico

grego, as tintas eram produzidas de materiais da natureza como, metais em pó, vidros pulverizados, substâncias extraídas de moluscos e pó de madeira. Deste forma, construíram várias pinturas romanas: paisagens, retratos, arquiteturas, pinturas populares e pinturas triunfais.

Durante um período os Romanos, passaram a perseguir os cristões,

portanto os cristões para mostrar sua fé em Cristo, criaram pinturas com pequenos símbolos nas catacumbas, como por exemplo, o símbolo da cruz, (simbolizava o sacrifício de Jesus), símbolo da âncora (símbolo da salvação) esta obra passou a se chamar, Arte Cristã Primitiva.

As perseguições aos cristões foram acabando, após o Imperador Constantino, liberar o cristianismo. Iniciando a Arte Bizantina, foram construídas arquiteturas e mosaicos, que foram destacada pela presença marcantes das cores, onde eram feitos temas religiosos.

O objetivo dessa obra, era orientar os fiéis analfabetos, pois eram elaborados desenhos com as passagens bíblicas, para compreensão dessas pessoas.

Na arte Medieval, no período da Idade Média, foram construídos castelos

e igreja, por fortes paredes grossas e com poucas janelas, pois para a igreja católica, desse modo não entrariam força do mal.

3.1. Início Da Arte No Ensino Brasileiro

O início da arte no Brasil, iniciou com os Padres Jesuítas em 1549, com o

objetivo de ensinar os princípios bíblicos aos índios, eram utilizados técnicas artísticas.

Porém, com a chegada Família Imperial no Brasil, inicia-se o ensino formal das artes com a implantação da Academia Imperial de Belas Artes, em 1816, o acesso era permitido apenas as classes dominantes.

O ensino era rígido, se caso os alunos descumprissem as normas, os

alunos eram punidos, com castigos, como a palmatoria.

De acordo com BARBOSA, a arte não precisava ser ensinada, mas

expressada livremente pelos alunos. Entretanto após a Proclamação da República foi rompimento o padrão tradicional da Academia Imperial De Belas Artes, após o rompimento passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes.

Enfatizando estas mudanças, foi criada a Lei 5692/71, instituiu a

obrigatoriedade do ensino de arte na escola, porém a disciplina artes, era vista como uma atividade e ministrada por professores de outras disciplinas.

No ano de 1980 começa a ser discutido o processo de ensino das artes,

como obrigatoriedade. Desta forma, artes começa a ser vista como uma disciplina importante no ensino. Conforme a Lei 9394/96, arte faz parte do desenvolvimento do indivíduo, portanto deve ser inserida no processo de ensino escolar.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, a disciplina esta

contextualizada com todas as disciplinas do currículo escolar.

Segundo Ana Mãe Barbosa, a Arte Moderna no Brasil está entrelaçada, a

outra modalidade, tanto no passado, presente e futuro. Na realidade, nossa primeira grande renovação metodológica no campo da Arte-Educação se deve ao movimento de Arte Moderna de 1922. (BARBOSA, 1975. P. 44).

3.2. Arte como apoio aos movimentos surdos

Nesse ponto do ensaio, parece necessário conhecer mais sobre a relação

entre surdos e as artes historicamente, para entender que a expressão artística não pertence exclusivamente ao professor, muito menos ao ouvinte. A arte não pode ser considerada um dom, a ser praticada com autorização do educador.

A expressão artística é uma linguagem utilizada pelos surdos, que não depende necessariamente do seu sucesso escolar. Ana Mae Barbosa (2012a: 34) afirma que “o canal de realização estética é inerente à natureza humana, ignorante das diferenças sociais”. Assim, em um momento em que governantes, sociedade e educadores raramente consideram os direitos dos surdos, eles têm encontrado caminhos para a expressão artística, especialmente por meio de imagens.

O relato escrito mais antigo sobre surdos é de Plínio, o Velho, em sua História Natural, escrito entre 77 e 79 d.C. Neto do ex-cônsul do Império de Augusto, parente do próprio monarca. Sua família intercedeu por ele junto ao imperador, pedindo permissão para ensiná-lo a pintar. Segundo Plínio, com o consentimento do imperador, o menino teve aulas de desenho e progrediu muito nessa prática (MENDONÇA, 1998: 320).

4. A HISTÓRIA DO ENSINO DE ARTE NO BRASIL

A trajetória da arte no Brasil atravessou um longo caminho para ser

reconhecida institucionalmente, O ensino, durante essa caminhada, percorreu por uma variedade de metodologias, muitas vezes trazidos de outros países sem ser adaptada corretamente, vindo desde a colonização com os jesuítas, obrigando a separação entre a retórica e a manufatura e contestando a cultura indígena existente em nosso país no século XIX ao negar o barroco em favor do neoclássico.

O ensino de Arte no século XX que até então era uma síntese do ensino do

desenho, que era visto como essencial para formação técnica. A disciplina Desenho, apresentada sob a forma de Desenho Geométrico, Desenho do Natural e Desenho Pedagógico, era considerada mais por seu aspecto funcional do que uma experiência em arte. (BRASIL, 2000, p. 25).

Lá pela metade do século XX, o ensino empírico assinalava um lugar

melhor para a arte na educação. A criança começa aí a conquistar seu lugar como sujeito de fato, com características próprias, deixando de ser apenas um adulto em miniatura, e o desenho da criança passou a ser um objeto de estudos cognitivos.

Em 1922, quando houve a semana da arte moderna, a educação era

tecnicista totalmente voltada para o trabalho, a arte era totalmente voltada o es-

tudo do desenho clássico e do desenho geométrico, que começaram a ser contestados em pról de valorizar a expressão artística infantil.

Entrando na década de 30, as escolas de artes plásticas para as crianças e

adolescentes começaram a ganhar força no Brasil, No final da década de 40, o ensino da arte foi conquistando um lugar de destaque além dos muros da escola com a implantação das escolinhas de arte em diversos pontos do país.Com a conhecida semana de Arte Moderna, a relação entre arte e educação no Brasil toma novos rumos, sofrendo alterações drásticas graças às ideias de livre expressão trazidas por figuras como Heitor Villa-Lobos, Mário de Andrade e Anita Malfatti, que entendiam a arte como uma forma de expressão autêntica da interioridade do sujeito, algo que, por possuir caráter subjetivo, não poderia ser ensinado.

Embora comentar-se á mais à frente no trabalho algumas iniciativas

relacionadas ao ensino de arte no Brasil datadas dos séculos XVI e XVII, comecemos pela Missão Francesa, em que de fato houve uma tentativa de estabelecer esse objetivo aqui no Brasil por critérios artísticos, não meramente de tentativa de controle ou forma de comunicação com povos de culturas diversas (os indígenas). Dom João VI tinha como missão tentar criar uma tradição artística no Brasil seguindo os moldes europeus. Essa tendência ainda permaneceu por bastante tempo. Entre o final do século XIX e o começo do XX ainda era dominante em nossas terras a reprodução de obras tidas como clássicas e o desenho geométrico, fortemente baseado em concepções matemáticas e na mera imitação, sem espaço para o exercício da criatividade. Na terceira década do século XX a arte então surge como atividade interdisciplinar, capaz de gerar ligações entre as diferentes disciplinas, mas ainda estando em um plano secundário e limitado ao simples cubismo.

Tais iniciativas tinham como arcabouço teórico os estudos e proposições de John Dewey, tomadas como base para algumas grandes reformas educacionais corridas em estados como Espírito Santo e Minas Gerais. Podemos citar como exemplo condensado de algumas das convicções de Dewey o excerto abaixo, de Liberalismo, Liberdade e Cultura:

Não se pode negar que as escolas – em sua maior parte – dedicaram-se à difusão da informação "feita" e ao ensino dos instrumentos da leitura. Os métodos usados para adquirir tal informação não são os que desenvolvem capacidade de exame e de comprovação de opiniões. Pelo contrário, são positivamente hostis a isto. Tendem a embotar a curiosidade nativa e a sobrecarregar os poderes de observação e experimentação com tal massa de material desrelacionado, que eles nem sequer operam com a efetividade que se encontra em muitos iletrados. (DEWEY, 1970, p. 236)

Essa onda de atitudes voltadas para essa nova concepção de educação rendeu alguns frutos, como as intervenções de Mário de Andrade, que organizou ateliês para crianças em parques e bibliotecas, na época em que ocupava o cargo de Secretário de Cultura de São Paulo. Infelizmente a repressão do Estado Novo acabou mitigando essas grandes iniciativas por parte de diversos artistas brasileiros ligados ao modernismo.

Especialistas explicam que a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 é tecnicista e incita à profissionalização, fragmentando o trabalho pedagógico para fazer com que o sistema educacional se tornasse mais efetivo e produtivo. Por meio dessa lei, foi instituída no currículo a Educação Artística, reunindo as várias linguagens da arte fazendo o ensino de artes ser polivalente.

Anteriormente a promulgação da lei não visou a formação dos professores e sua qualificação, assim embotou a qualidade do ensino, e não promoveu nenhuma melhoria para o ensino das artes no Brasil.

Em 1973, foi criado os cursos superiores em Educação Artística, a licenciatura curta em dois anos e a licenciatura plena em quatro anos. O currículo desses cursos abrangiam conhecimentos de música, artes plásticas e teatro, mas os professores conheciam apenas superficialmente as linguagens e ensinavam sem terem concepção filosófica do que ensinavam.

O ensino da arte sem a essência da filosofia e com ausência de formação continuada firme, que os levassem a ter no mínimo os conhecimentos básicos de arte, sentiam-se despreparados, inseguros, incapacitados e sem tempo para aprofundar nos assuntos, nem para explicar, questionar e fazer um planejamento substancioso do ensinamento da arte, usando apenas os livros didáticos de Educação Artística a partir de 1970.

A arte nunca foi reconhecida como área de conhecimento, ocupando apenas um lugar de lazer nas escolas. A nova LDB (lei nº 9.394/96), extinguiu a Educação Artística que passou a ser reconhecida como a disciplina Arte, oficializada como área de conhecimento. Em seu § 2º, o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe que ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade e luta dos surdos é entendia ao analisarmos todo o processo que este enfrentou e ainda está em constante mudança. Ao conhecer a história da pessoa surda e as suas relações sociais percebe-se que são passagens de muitas batalhas e especificidades.

Portanto este trabalho me proporcionou, um grande enriquecimento, tanto na pesquisa de campo como nas pesquisas bibliográficas. Pois podemos observar, as consequências que uma aprendizagem mal desenvolvida, pode causar no processo de aprendizagem.

No entanto, ao se identificar as atuais conquistas da comunidade surda, tanto no que se refere às relações sociais quanto ao contexto escolar, percebe-se que existe uma considerável evolução. Através deste estudo foi possível compreender que o papel do intérprete de Libras na aula de arte é de grande relevância no contexto da escola regular.

A arte pode ser uma reprodução da realidade porque cada pessoa ver

coisas iguais de várias maneiras diferentes, e reconstrói usando formas, ritmos, linguagens e elementos diversificados. Os trabalhos infantis nunca devem ser comparados uns com os outros, pois cada criança tem se modo de aprendizagem, portanto não cabe fazermos comparações entre eles. A maneira de ver as artes visuais mudou muito no decorrer dos anos mas assim mesmo é preciso muita boa vontade por parte dos professores da educação infantil, para utilizar a arte com respeito devido para desenvolver na criança a criticidade e habilidades frente ao desenho.

O brincar para a criança é importante para que ela organize suas

descobertas e experiências, recriando sua inspiração e compreensão do mundo onde vive, brincando com a arte é uma forma de deleite para que a criança vivencie outros acontecimentos para auxiliá-los na absolvição e assimilação do mundo cultural e social.

Sendo assim, concluímos a importância do papel do professor, no processo de alfabetização. A avaliação deve ser continua e partindo da dificuldade encontrada neste processo o professor deve inovar suas aulas. Só assim, haverá uma efetiva garantia de igualdade e ensejo para as pessoas surdas nas relações sociais e educativas e em especial na aula de arte.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 16 Dezembro 2022.

_____. Ministério da Educação, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua

Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 16 Dezembro 2022.

_____. Lei n. 12.319, de 1º setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em 16 Dezembro 2022.

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. O Surdo e as posições do sujeito ontem e hoje: falta, excesso ou diferença. UNICAMP, 2009.

GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina B.F.de. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, Emeli Marques Costa. Os Papéis do Intérprete de LIBRAS na sala de aula inclusiva, MEC, 2009. PERLIN, Gládis.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?São Paulo:

Moderna, 2003.

NORTHERN, J. L.; DOWNS, M. P. Audição em crianças. 3. ed. São Paulo: Manole: 1989.

STROBEL, Karin, Teorias da Educação e Estudos Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, 1997. MAKRON, G. Boog, Manual de Treinamento e Desenvolvimento, São Paulo, 1994.

RUDIO, Victor (37º Edição), Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Editora: Vozes, 2010.

SALLES, Heloisa Moreira Lima, Caminhos para a Prática Pedagógica, Brasília, MEC, 2005. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. O tradutor e intérprete de língua brasileira

de sinais e língua portuguesa. 2ºed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.